



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

KAMILLA SANTANA PEREIRA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS
INTRODUTÓRIOS SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS E DEBATE TEÓRICO

CACHOEIRA-BA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

KAMILLA SANTANA PEREIRA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS
INTRODUTÓRIOS SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS E DEBATE TEÓRICO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia, como
requisito para a obtenção do diploma,
para o grau de Bacharel em Serviço
Social. Orientada pela Profa. Msc.
Débora Rodrigues Santos.

CACHOEIRA-BA
2018



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.**

Ao 27 dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação da defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social intitulado "ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS E DEBATE TEÓRICO" de autoria da discente Kamilla Santana Pereira, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social. A Comissão Examinadora, composta por três membros titulares, foi presidida pelo Prof. Débora Rodrigues Santos (Orientador – UFRB) e teve como membros a Prof. Francisco Henrique da Costa Rozendo (Membro Interno – UFRB) e a Prof.ª Márcia Clemente (Membro Interno – UFRB). Após a apresentação do trabalho pela discente, sucederam-se as argumentações pelos professores examinadores. A Banca Examinadora em sessão secreta emitiu o parecer nos seguintes termos: a discente Kamilla Santana Pereira foi considerada APROVADA por ter atingido a média geral 9,0 (NOVE). Nada mais havendo a tratar, a Sessão Pública de Avaliação da Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso foi dada como finalizada e Eu, Prof. Débora Rodrigues Santos, na condição de presidente desta sessão, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da Banca Examinadora e pela discente autora do trabalho. Cachoeira/BA, 05 de setembro de 2018.

Débora Rodrigues Santos

Prof. Débora Rodrigues Santos
Presidente da Banca Examinadora

Francisco Henrique da Costa Rozendo

Francisco Henrique da Costa Rozendo
Membro da Banca Examinadora

Márcia da Silva Clemente

Márcia Clemente
Membro da Banca Examinadora

Kamilla Santana Pereira

Kamilla Santana Pereira
Discente

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser meu alicerce, meu companheiro diário e pela sabedoria que tem me dado.

Agradeço à minha mãe pelo suporte e incentivo à minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço ao meu pai por ter me apoiado, e ao meu padrasto pela força durante minha graduação.

Agradeço à minha amiga Kelly Cristina, alguém que muito estimo e sempre amarei, pela sua paciência comigo e por ser minha amiga. Agradeço pelo carinho e pelo amor que tem por mim.

Agradeço à minha amiga Caliane por ser uma companheira, ter um coração sincero e propício para ajudar o próximo. Externo meu amor à toda sua família.

Agradeço também às minhas amigas Karina e Joseane por dividirem momentos difíceis e felizes comigo.

Agradeço aos meus amigos e colegas de turma, pelas palavras de incentivo e por dividir o período acadêmico comigo.

Agradeço à Prof^a. Msc. Débora Rodrigues por ter aceitado me orientar nesse processo de pesquisa, e também ao Prof. Dr. Henrique Rozendo por ter me ajudado a delinear o meu objeto de pesquisa na pré-banca e na defesa. Agradeço à Prof^a. Msc. Márcia Clemente por suas colaborações na banca de defesa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto o estágio em Serviço Social e se propôs a analisar os três atores que o compõe: supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário. A escolha do tema surgiu do meu período de estágio, bem como da necessidade em estudar um tema de relevância para a formação do estudante. Essa pesquisa também se debruçou sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, suas etapas e desenvolvimento da profissão, com destaque para a formação profissional. Compreendendo que o estágio é um momento importante durante o período que o estudante está na universidade, a pesquisa apontou como esse momento se dá ao discente, e como as ações vivenciadas durante o estágio afetam a formação profissional do futuro assistente social. Essa pesquisa é qualitativa e possui relevância para a comunidade acadêmica, visto que aborda um dos períodos mais importantes da vida universitária de um estudante: o estágio.

Palavras - chave: SERVIÇO SOCIAL. ESTÁGIO. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

ABSTRACT

This research has the internship on social work as subject, and it purposes to analyze the three characters who compose it: academic supervisor and trainee. I have chosen this subject because of my period doing my internship, as well as the necessity of study a subject of relevancy for the students' formation. This research is also about how social work course has begun in Brazil, its periods and development of the profession, specifically about professional formation. Realizing that the internship is an important moment while the student is at college, this research showed how this moment works to the student and how the students' actions while they are living the internship period will affect the professional formation of the future social worker. This is a qualitative research, and it has great relevance to the academic community as it works on one of the most important moment of the student's life: the internship.

Key words: SOCIAL WORK. INTERNSHIP. PROFESSIONAL FORMATION.

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ALAEITS** Asociación Latinoamericana de Escuelas e Investigación en Trabajo Social
- CEAS** Centro de Estudo e Ação Social
- CEFESS** Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS** Conselho Regional de Serviço Social
- EAD** Ensino a Distância
- GTPs** Grupos Temáticos de Pesquisa
- MEC** Ministério da Educação
- PUC-SP** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- PNE** Política Nacional de Estágio
- UCISS** União Católica Internacional de Serviço Social
- UERN** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- UFA** Unidade de Formação Acadêmica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O LUGAR DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	9
1.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil e sua relação com o capitalismo monopolista e a questão social	9
1.2 Elementos sobre a formação profissional do assistente social no Brasil e o lugar do estágio supervisionado.....	13
1.2. Estágio em Serviço Social.....	22
CAPÍTULO II – ASPECTOS CENTRAIS SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	26
2.1 A atual realidade do estágio em Serviço Social no Brasil	26
2.2 Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social	37
2.3 Produção teórica sobre estágio supervisionado em Serviço Social.....	41
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é uma etapa importante que o estudante vivencia durante seu período acadêmico, além de ser exigido como requisito de conclusão para cursos de nível superior. O estágio é garantido pela lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, sendo classificado como estágio obrigatório e estágio não-obrigatório.

A função primordial do estágio é permitir que o estudante vivencie a realidade do ambiente de trabalho em que ele irá atuar quando se tornar um profissional. O estágio supervisionado, enquanto disciplina obrigatória, promove a interlocução entre teoria e prática, pois faz-se necessário que o estudante reflita e debata sobre as questões vivenciadas no campo de estágio. Por isso, a supervisão realizada tanto pelo supervisor de campo, quanto pelo supervisor acadêmico precisa ser direta, sistemática e contínua, permitindo ao aluno a troca de experiências e aprofundamento de questões analisadas em campo.

O estágio supervisionado em Serviço Social possui instrumentos legais aprovados pelas entidades organizativas da categoria, especialmente o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Inicialmente destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social, aprovadas em 1996 e regulamentadas em 2001 pelo MEC. Neste documento da ABEPSS, a concepção de estágio em Serviço Social considera:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABESS, 1997).

Portanto, as Diretrizes Curriculares demarcam o estágio como uma atividade que insere o aluno no campo de estágio para sua capacitação e pressupõe a “supervisão sistemática”. As diretrizes representam a direção da formação profissional e um norte para a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social no Brasil.

Os debates sobre Estágio também se fazem presentes na Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que trata da regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Este documento foi apreciado e aprovado no Encontro Nacional CFESS-CRESS em 2008, na cidade de Brasília-DF, e marcou um debate central sobre o estágio no exercício profissional trazendo elementos sobre a supervisão como atribuição privativa do/a Assistente Social, sobre a interação necessária entre unidade de formação acadêmica e campo de estágio, sobre a quantidade de estudantes de acordo com carga horária de trabalho do/a assistente social, supervisor de campo, entre outros elementos.

Em 2009, a ABEPSS aprovou a Política Nacional de Estágio (PNE) com o intuito em elaborar uma Política de Estágio própria do Serviço Social e normatizar os princípios que norteiam o estágio supervisionado em Serviço Social, bem como as atribuições do tripé supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário. Compreende-se que os três atores desse processo possuem atribuições particulares que devem ser cumpridas para que a realização desse processo seja bem-sucedida.

Como afirma Buriolla (2011, p. 13), o estágio é um espaço que os alunos irão aprender sobre o fazer concreto do Serviço Social, além de ser “o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida”. Sendo assim, o estágio contribui com o desenvolvimento do perfil profissional do/a estagiário. Portanto, é imprescindível que o estágio supervisionado seja garantido ao aluno com qualidade para que o mesmo possa apreender os conceitos e questões perpassadas nesta atividade curricular balizando-se com os princípios da formação profissional e com os valores éticos na direção do compromisso com a profissão, com os usuários e suas demandas na realidade social.

Em termos metodológicos, a investigação caracterizou-se como uma pesquisa exploratória cuja finalidade é “refinar conceitos e enunciar questões e hipóteses para investigações subsequentes” (TRIPODI, 1975, p. 40). A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Nesse direcionamento, para Tripodi (1975, p. 40), os dados qualitativos “podem ser derivados de observações de um determinado fenômeno”. Nessa perspectiva, utilizamos como procedimentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a documental.

Em relação à pesquisa teórica, a fonte de obtenção dos dados foi de natureza bibliográfica, identificando material teórico sobre a temática do estágio em Serviço Social a partir de publicações nas revistas específicas do curso de Serviço Social, a saber: revista Katalysis, revista Temporalis e revista Serviço Social e Sociedade. O período da pesquisa se dá entre 2008 e 2018. Diante disso, o universo da pesquisa foi eminentemente teórico.

No tocante à pesquisa documental, os dados foram coletados por meio da análise das legislações acerca do estágio, documentos e resoluções da categoria. Cumpre destacar que ao longo da investigação foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica para construção do quadro teórico conceitual e para subsidiar a análise dos resultados. Assim, nos debruçamos sobre livros e artigos relacionados com a temática do estágio supervisionado em Serviço Social, bem como material didático com a temática da formação profissional e do surgimento do Serviço Social no Brasil.

Esse trabalho está organizado em dois capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo traz um panorama da origem do Serviço Social e a formação profissional. O segundo capítulo aborda o estágio supervisionado em Serviço Social, demarcando a relevância do tripé supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário. Traz também um debate sobre fóruns de estágio e a análise dos artigos pesquisados na tentativa inicial de traçar o debate teórico sobre estágio.

Esta investigação é relevante para a construção de uma sistematização teórica sobre estágio e traz uma contribuição para a categoria e para a formação podendo contribuir com estudantes, supervisores acadêmicos e de campo.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O LUGAR DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo apresenta elementos sobre a categoria trabalho, além de discutir sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, demarcando a importância da questão social nesse contexto. Este capítulo também apresenta elementos sobre a formação profissional em Serviço Social e o lugar do estágio.

1.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil e sua relação com o capitalismo monopolista e a questão social

No presente capítulo, será abordado como a questão social influenciou no surgimento da profissão do Serviço Social no Brasil. Também serão abordados alguns dos marcos mais importantes para a profissão desde o seu surgimento.

O Serviço Social surgiu a partir das expressões da questão social, apresentadas no contexto do capitalismo monopolista. Segundo Yamamoto (2008), durante o capitalismo monopolista a burguesia ascendeu política e economicamente, além de alavancar seus lucros e desenvolver a iniciativa privada.

De acordo com Almeida (2016), as condições que marcam a relação capital e trabalho são de ordem estruturais em polos antagônicos de interesses, acirrando os processos de luta protagonizados pela classe trabalhadora contra as precárias condições de vida e trabalho no transcurso do século XIX.

A esse respeito, Marx (2014) discorre sobre as condições de trabalho do proletariado, afirmando que o trabalho na fábrica era cansativo e exaustivo ao trabalhador, além de lhe retirar toda a sua força física e espiritual. Marx (2014) aborda ainda como se dava a exploração da mão de obra do proletariado e sobre como essa exploração não era compensada em forma de valor para o mesmo, contudo era revertida em valor para o grande capitalista. Marx afirma:

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido, de trabalho excedente. (MARX, 2014, p. 253).

Desta maneira, é possível compreender a partir de Marx (2014) que a mais-valia faz com que o trabalhador gere lucro e enriqueça o capitalista, e esse lucro para o capitalista não corresponde apenas ao trabalho excedente, como também ao trabalho socialmente necessário.

Prolongada a duração diária do trabalho, amplia-se a escala da produção, permanecendo invariável a parte do capital despendida em maquinaria e construções. Aumenta, então, a mais-valia, ao mesmo tempo que diminuem os gastos necessários para obtê-la. (MARX, 2014, p. 463).

Marx conclui que “a taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2014, p. 254).

Sendo assim, a jornada de trabalho do proletariado está diretamente ligada a produção da mais-valia, já que para o capital é necessário que o trabalhador produza por longas horas, para que essa produção possa ser convertida em mais capital.

Somada às expressões da jornada de trabalho, as expressões do capitalismo monopolista também irão afetar a vida do trabalhador. O capitalismo monopolista, segundo Iamamoto (2008, p. 77) possui grande espaço na economia brasileira, bem como representa “uma política econômica capaz de articular a ação governamental com os interesses dos grandes empresários”.

Portanto, diante de um capitalismo monopolista que possuía o apoio do Estado, da exploração da força de trabalho revertida em mais-valia; insalubres condições de trabalho nas fábricas; elevada jornada de trabalho; dentre outras precariedades, o trabalhador percebeu que era preciso ter a efetivação dos seus direitos garantida, e isso só seria possível tencionando e cobrando o Estado. Sobre esse cenário de insatisfação dos trabalhadores, Almeida (2016) ressalta que as pressões da classe trabalhadora foram intensas, o que resulta numa cobrança direta ao Estado por parte do proletariado. Também a respeito desse ponto, Iamamoto afirma que durante a consolidação do capitalismo monopolista:

O proletariado adquire novo peso político e nova força social dentro da sociedade, ao mesmo tempo em que são fortalecidas as condições objetivamente favoráveis à disseminação dos conflitos de classe e da organização política dos trabalhadores,

temporariamente impedidas de emergir na superfície da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 80).

Então, o proletariado se organiza, se enxerga enquanto classe trabalhadora e percebe que deve ter seus direitos garantidos enquanto classe. Em contrapartida, o Estado procurou aumentar as formas de reprimir e disciplinar as relações entre a classe trabalhadora, a burguesia e o próprio Estado. O Estado buscava neutralizar e despolitizar as organizações políticas e, a partir daí, segundo lamamoto (2008) a assistência social será utilizada como uma forma de regular o conflito para que assim houvesse uma ordem pública, e estabelecesse a segurança nacional.

Houve, assim, a necessidade de um profissional que pudesse conter as insatisfações da classe trabalhadora e intimidar qualquer avanço ou resistência desses operários, além de apaziguar os ânimos desses trabalhadores que estavam exaltados pela insalubre condição em que viviam. Sendo assim, a profissão do/a Assistente Social emergiu da articulação do Estado juntamente com a burguesia industrial que necessitava de uma intervenção na realidade social da época. lamamoto e Carvalho (2008) afirmam:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77).

Diante do exposto, entende-se que a questão social se manifesta nesse contexto de capitalismo monopolista, ascensão da burguesia industrial, exploração vivida pelos proletariados e das dificuldades postas no cotidiano da vida social do trabalhador. lamamoto e Carvalho (2008) afirmam:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77).

A partir de então, surge o profissional assistente social tendo por função garantir a efetivação de direitos dos trabalhadores e exigir que o Estado pudesse se comprometer sobre sujeitos que são parte de uma sociedade excludente. lamamoto e Carvalho (2008, p. 77) pontuam que o Estado reconhece seu dever de intervir nas relações da classe trabalhadora e do empresariado não somente por meio de regulamentação jurídica do mercado de trabalho “através de legislação social e trabalhistas específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”.

No Brasil, o Serviço Social teve seu surgimento a partir de 1930, em meio a um acelerado processo de industrialização e urbanização do país. lamamoto e Carvalho (2008) ratificam que:

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas (Idem, p. 79).

Inicialmente, o Serviço Social estava estreitamente ligado à Igreja Católica e à filantropia, e desenvolvia trabalhos assistenciais ligados à burguesia paulista e carioca. lamamoto (2008) afirma que essas ações assistenciais tinham por objetivo penetrar os setores operários, pois era preocupação da Igreja recristianizar a sociedade brasileira. A partir de então, os operários passaram a ser o alvo principal da ação dos assistentes sociais. A esse respeito, conclui lamamoto (2008):

O Serviço Social deixa assim de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores (p. 94).

Portanto, nesse momento o Serviço Social passa a se afastar do perfil de caridade, para se aproximar do perfil institucional da profissão. Assim, os assistentes sociais recebem das classes dominantes a função de atuar sobre a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2008).

Sendo assim, o Serviço Social no Brasil possui suas bases alicerçadas no contexto do capitalismo monopolista, bem como nas expressões da questão social – um dos fatores que favorecem e permitiram a consolidação da profissão no país. O Serviço Social, também, possuiu ligação direta com a Igreja Católica, por princípios baseados na filantropia, na caridade e com o intuito de recristianização da sociedade brasileira. Quando enfim, o Serviço Social extrapola essa ligação com a Igreja, tem-se a institucionalização e legitimação da profissão.

1.2 Elementos sobre a formação profissional do assistente social no Brasil e o lugar do estágio supervisionado

O modo de produção capitalista em vigor no Brasil tem moldado o estilo de vida do trabalhador e o modo como esse trabalhador se relaciona com a sociedade, além de ditar novos padrões para sua vida. A exploração que o capitalismo exerce na vida desse sujeito é enorme, acarretando em desigualdades sociais, bem como a perda de muitos de seus direitos enquanto cidadão. Iamamoto (2009, p. 179) afirma que o estágio de desenvolvimento que o capitalismo alcançou “tem reforçado a fragmentação social, aumentando a diferenciação das classes, ampliando as desigualdades sociais, alterando radicalmente o mercado de trabalho”.

O trabalho, também, tem sofrido alterações diante da realidade do capitalismo em seu estágio mais desenvolvido e exploratório; exercendo mudanças na vida do trabalhador assalariado o qual tende a perder seus direitos, tê-los reduzidos ou distorcidos por uma ordem capitalista que muitas vezes age de forma indireta e sutil. A forma como as indústrias atuam nesse período do capitalismo é sempre buscando maneiras de aumentar o lucro e diminuir qualquer tipo de fator negativo que impeça o alcance dos objetivos da empresa.

Observa-se, portanto, uma alteração na forma de produção, no mundo do trabalho e, conseqüentemente, alteração na vida do trabalhador. As indústrias buscam produzir mais, gastar menos e não importa como isso afetará a vida de quem faz parte desse processo de produção.

Iamamoto (2009) alerta, também, para como as empresas estavam preocupadas em se manter no mercado internacional, o que leva a pensar sobre o controle que as mesmas exerciam sobre a força de trabalho. Sendo assim, a

jornada de trabalho do trabalhador é alterada, sua forma de trabalho e o próprio estilo de trabalho.

Crescem os trabalhos que são temporários, meio turnos, e a competitividade dentro de uma empresa se torna acirrada – o estímulo dessa competitividade só interessa à própria empresa, que terá um trabalhador se empenhando cada vez mais para dar o melhor de seu esforço físico e mental.

Então, diante dessa realidade de opressão e domínio da burguesia industrial, a classe trabalhadora se organiza politicamente em busca de melhores condições de trabalho, além de terem os direitos garantidos. O Estado, então, vê-se obrigado a atender às exigências da classe trabalhadora. Segundo Iamamoto (2008) para que o Estado continuasse com o seu poder legitimado, teve que

incorporar parte das reivindicações populares, ampliando as bases de reconhecimento da cidadania social do proletariado, através de uma legislação social e sindical abundante no período (p. 92).

Portanto, é evidente a necessidade de um profissional que pudesse ser capaz de compreender as expressões da questão social, trabalhando na perspectiva de garantia de direitos do trabalhador. Era necessária a criação de uma proposta profissional que conciliasse com a atual realidade e que fosse “radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2009, p. 168).

Sendo assim, na década de 1930 surge o Serviço Social, que possuía o Estado e instituições privadas como seu grande empregador. O Estado cria, segundo Iamamoto (2008), várias instituições assistenciais com o intuito de desencadear uma ação normativa e assistencial. Assim, o Estado passa a intervir não somente de forma a regulamentar o mercado, mas também “no estabelecimento e controle de uma política assistencial, intimamente vinculada às organizações representativas das ‘classes produtoras’” (IAMAMOTO, 2008, p. 93).

Além de trabalhar para o Estado e possuir ligação com o mesmo, o Serviço Social no princípio da profissão possuía vínculos diretos com a Igreja Católica. Iamamoto (2008) afirma que nesse período de iniciação o Serviço Social constituiu “uma atividade profundamente ligada à sua origem no interior do bloco católico e desenvolve sua ação em obras assistenciais implementadas por frações da

burguesia paulista e carioca” (p. 93). A Igreja utilizará das ações sociais e assistenciais para poder recuperar seu poder político e poder de influência na sociedade, além de se esforçar para que seu projeto de recristianização da sociedade desse certo.

Uma das primeiras Escolas de Serviço Social foi fundada no estado de São Paulo em 1936, sob direção do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Esse Centro antecede a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil e, segundo Iamamoto e Carvalho, era considerado como:

Manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 168).

Nesse momento, então, nota-se uma certa aproximação com o que seria o início da formação do curso de Serviço Social. Ainda sobre o mesmo tema, discorrem Iamamoto e Carvalho (2003):

As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ao assumir essa orientação, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para a intervenção direta junto ao proletariado. Esta última globalizará teoricamente as demais na medida em que se destinam ao mesmo fim. São promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência etc. O ano de 1933 marca uma intensificação dessas atividades: participação na Liga Eleitoral Católica através de campanhas de alistamento de eleitores e proselitismo, realização da Primeira Semana de Ação Católica, início da formação de quadros da Juventude Feminina Católica constituída a partir dos Centros Operários e Círculos de Formação para Moças, delegação pela hierarquia da representação da Juventude Feminina Católica, etc. (p. 173-174).

Como o CEAS era responsável pela Ação Católica em São Paulo, as pessoas que estavam envolvidas nesse Centro aprenderam e receberam de maneira direta os princípios cristãos da Igreja Católica (AGUIAR, 2011). Em consequência, algumas representantes do CEAS passaram por períodos de aprendizagem na Bélgica e quando retornaram ao Brasil, tem-se a instalação da

primeira escola de Serviço Social no Brasil em 15 de fevereiro de 1936. Segundo Aguiar (2011, p. 43), “um dos motivos básicos para a fundação da escola foi a necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica”.

Na implantação da escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, em 1937, já havia grande ênfase na formação social. Segundo Aguiar (2011, p. 43), “a escola do Rio se tornou realidade pelo impulso do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima”.

Nesse processo de instalação das escolas de Serviço Social no Brasil, eram implantados, também, programações didáticas, seminários e palestras para o aperfeiçoamento da formação profissional dos assistentes sociais. As Semanas Sociais, como afirma Aguiar (2011), eram instrumentos de propagação da ideologia e doutrina cristã, não só no Brasil, como também em países como Holanda, Inglaterra e Bélgica. No Brasil, essas Semanas Sociais foram realizadas no Rio de Janeiro, em 1936. Segundo Iamamoto e Carvalho (2008):

Ainda no ano de 1936 é realizado o primeiro curso “intensivo de serviço social”, com a duração de 3 meses, constando de uma série de palestras sobre temas sociais, legais, educacionais e médicos, com ênfase para o problema da “infância abandonada”. Paralelamente, realizou-se um curso prático de serviço social, para cuja realização foram requisitadas as duas primeiras Assistentes Sociais paulistas recém-formadas na Bélgica. Em 1938, começa a funcionar sob orientação leiga o curso regular da Escola Técnica de Serviço Social, que diploma sua primeira turma em 1941 (p. 185).

Esses cursos foram importantes para o Serviço Social em sua fundação pois possuíam por objetivo qualificar os recém assistentes sociais em como agir de maneira profissional, para que pudessem atender à população. Entretanto, o ideal e princípios da Igreja Católica eram divulgados e propagados por meio dessas ações. Em continuação ao processo de instalação desses cursos, houve a fundação do Instituto de Educação Familiar e Social no Rio de Janeiro, em 1937.

Em junho de 1937, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: “Formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso forma assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham ser no meio em que vivam e

trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica” (AGUIAR, 2011, p. 44).

A partir dessa afirmação de Aguiar é possível constatar o forte pensamento católico de introdução de seus princípios cristãos na sociedade, além de acreditar serem os assistentes sociais os responsáveis pela mudança na vida dos indivíduos brasileiros.

Outro organismo que balizou a ação dos primeiros assistentes sociais no Brasil foi a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). Essa União era baseada nos princípios cristãos e é a mesma “que dará nessa época as perspectivas do Serviço Social católico” (Idem, p. 46). Segundo Aguiar (2011), no período de 1949 dez escolas brasileiras eram afiliadas a esse organismo e como não existiam muitas escolas de Serviço Social nessa época, quase todas escolas eram regidas por esse padrão de pensamento católico. Isso leva a constatar que o Serviço Social brasileiro tem suas raízes totalmente intrínsecas aos dogmas da Igreja Católica.

Cabe ressaltar, também, o perfil dos primeiros professores e alunos do curso de Serviço Social. Os professores, segundo Aguiar (2011), precisavam ser exemplos e modelos a serem seguidos, além de possuírem perfil doutrinário. Já em relação aos discentes do curso de Serviço Social, os mesmos eram selecionados pela coordenação do curso. Aguiar (2011) cita que:

Os candidatos precisam ter o “mínimo de devotamento, de critério e de senso prático. E não serem nervosos em excesso”. Para que os alunos pudessem ser selecionados, as escolas tinham – no início – no programa, um “período de provação” que antecipava o exame de admissão. Esse período de provação era feito em forma de curso (p. 50-51).

Sendo assim, é evidente que o curso de Serviço Social era restrito e particular a um público seletivo, e isso faz com que o curso tivesse ainda mais o perfil único de pensamento.

Passados 10 anos da criação do primeiro curso de Serviço Social no país, em 1946 tem-se a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). Esta entidade, que mais tarde, em 1996, mudaria seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

representou grande importância na área acadêmica e científica do Serviço Social. A ABEPSS ressalta sua importância para o Serviço Social brasileiro:

Uma marca na trajetória da ABESS/ABEPSS tem sido o processo democrático expresso na participação intensa dos sujeitos que constroem a formação profissional, com debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, nas regionais e em nível nacional. (Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em 31 de agosto de 2018).

A partir das décadas seguintes, o Serviço Social passou por profundas transformações de pensamentos, posicionamentos e enfrentamentos frente ao modo de exercer a profissão e principalmente em relação à postura adotada no enfrentamento às expressões da questão social.

A partir dos anos 1950 houve um forte desenvolvimento do capitalismo no Brasil que provocou a reorganização do Estado e mudanças nas respostas à questão social, bem como trouxe mudanças significativas no mercado de trabalho. Este cenário trouxe alterações para o Serviço Social, segundo Netto (2004) em dois aspectos: na prática e na formação profissionais.

Na prática profissional, o Serviço Social passou por mudanças nas instituições de trabalho e nas demandas a que deveria responder. Houve uma expansão do mercado de trabalho que possibilitou, conforme Iamamoto & Carvalho (2008, p. 343), que o Serviço Social pôde se desenvolver “enquanto instituição, absorver e aprofundar novas experiências e institucionalizar-se enquanto profissão”. Esse processo trouxe novas demandas e modificações para o perfil do/a assistente social, bem como novas exigências “modernas”, portanto, houve a necessidade de uma intervenção diferente da realizada pelo Serviço Social Tradicional. No âmbito da formação profissional, cabe destacar que houve o aumento do número de cursos com a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário.

Mediante essas questões, ocorreu a renovação do Serviço Social que pode ser caracterizada como um

conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional

dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica (NETTO, 2004, p. 131).

Foi, então, nesse contexto que surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, processo que possibilitou a repensar o Serviço Social Tradicional, e pode ser localizado entre 1965 e 1975. Este movimento articulou assistentes sociais nos países latinos e se fortaleceu em vários seminários realizados nestes países.

O Movimento de Reconceituação se deu em toda a América Latina, porém expressou-se de maneira diferente e peculiar nos diferentes países. O Movimento de Reconceituação também demonstrou a preocupação que os assistentes sociais possuíam em estar atentos aos desafios contemporâneos da profissão.

Ele foi construído, segundo Lopes (2016), por profissionais e intelectuais do Serviço Social que criticavam o Serviço Social tradicional. Além de criticar o Serviço Social tradicional, os assistentes sociais também buscavam instrumentos que se aproximassem com a nossa realidade. Segundo Batistoni (2017):

A análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica no exercício de apreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste movimento com as lutas das classes subalternas.

Entendemos que a renovação profissional foi materializada, entre outras expressões, através do Movimento de Reconceituação, mas também teve, no Brasil, três vertentes, quais sejam: perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A Intenção de Ruptura consiste na vertente crítica do processo de renovação do Serviço Social e funda-se ideologicamente na oposição à ditadura militar. Uma das contribuições do processo de renovação, mais precisamente da sua vertente Intenção de Ruptura, foi a interlocução com o marxismo, que não se deu sem problemas, mas proporcionou a tentativa de romper com a linha de pensamento conservador que vigorava na profissão. Esse pensamento marxista trouxe à profissão do Serviço Social a possibilidade de pensar a profissão de maneira crítica e dialética, além de compreender seu usuário como sujeito dotado de particularidades e especificidades.

Lopes (2016) também cita importantes conquistas nesse processo, tais quais:

A crítica orientadora da ruptura com essa tendência e da construção da alternativa que vincula o Serviço Social aos interesses das classes trabalhadoras, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes (p. 322).

O Serviço Social teve importantes conquistas tanto do ponto de vista profissional, quando no ponto de vista acadêmico. Em 1972 houve a criação da pós-graduação no Brasil nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Guerra (2011) a pós-graduação no Brasil iniciou com um perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano, e tinha por papel fundamental:

Proporcionar a articulação política de um importante segmento da categoria (composto por uma vanguarda, muitos destes sujeitos também dirigentes das entidades à época) que, para qualificar sua atuação política, passa a exigir uma apropriação das matrizes clássicas do conhecimento e o estabelecimento do diálogo com outras áreas de produção do conhecimento (p. 132).

A pós-graduação no Serviço Social significou, então, uma aproximação com a pesquisa e uma formação de pensamento crítico dos profissionais assistentes sociais.

Na década de 1980, a aprovação do currículo mínimo de Serviço Social representou outro marco importante para a profissão. Segundo Castro e Toledo, os atores envolvidos diretamente para a constituição desse currículo defenderam que o mesmo teria que:

Subsidiar o profissional para responder as demandas e necessidades colocadas pelos cidadãos, a partir de um conhecimento científico e teórico-metodológico calcado num referencial crítico; a compreensão de que a profissão está inserida no quadro geral da divisão sócio-técnica do trabalho, e a formação de um projeto profissional com direção social definida, articulada (teórica e praticamente) com os projetos da classe trabalhadora. (CASTRO e TOLEDO)

O currículo mínimo é aprovado em 1982 pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), e representou uma nova proposta para a profissão e para o fazer profissional dos assistentes sociais. Esta proposta

representou a adequação da formação profissional às novas condições da formação da massa crítica no Serviço Social viabilizando a ruptura com os princípios e elementos do conservadorismo. Esse contexto influenciou o campo da ética profissional que, na direção de romper eticamente com o conservadorismo, aprovou o Código de Ética de 1986, mas por apresentar limites foi reformulado em 1993.

Em 1993 ocorreu a criação da Lei 8.662/93, lei que regulamenta a profissão do Serviço Social. Dentre as competências do assistente social, segundo a lei, são:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (p. 44, 45).

Na atribuição do assistente social em orientar os grupos e indivíduos de diferentes segmentos na perspectiva de garantia de seus direitos, observa-se a maturidade que o Serviço Social alcançou na elaboração do Código de Ética, distanciando-se nas suas bases de formação conservadoras. O Código de Ética de 1993 representou ruptura com o pensamento conservador, e se orientou a partir de uma perspectiva teórica-crítica da sociedade brasileira; além de representar também uma aproximação à perspectiva marxista. A esse respeito, Silva afirma:

Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Marx, que objetiva justamente uma leitura crítica da sociedade capitalista, observa que a realidade dos indivíduos é histórica, e, estão em meio a processos econômicos, políticos, sociais e culturais. A estrutura social é complexa e marcada por antagonismos de interesses, em que na sociedade capitalista, se expressa pela luta das classes sociais (FRANÇA, 2013 in SILVA, 2015).

Sendo assim, o Código de Ética de 1993 possui elevada contribuição para a formação profissional do assistente social, além de representar maturidade de pensamento em sua idealização e realização. Sua leitura crítica da sociedade brasileira, e aproximação da literatura marxista é um dos marcos significativos na tentativa de renovação de comportamento profissional e da forma como o mesmo lida com o seu usuário.

Dada a observação dos principais marcos históricos que caracterizam as fases do Serviço Social no Brasil, este item objetivou demonstrar o entendimento sobre a relevância da formação profissional do assistente social brasileiro.

1.2. Estágio em Serviço Social no Brasil

O estágio possui significado central sobre a formação do assistente social, pois ainda no campo acadêmico é fundamental que o estudante tenha acesso às diretrizes que fundamentam o curso de Serviço Social.

Na década de 1940 no Brasil, a bibliografia predominante sobre estágio era importada dos Estados Unidos, e a mesma influenciou diretamente o modo de como a supervisão era exercida no país. Segundo Lewgoy (2010):

Para os norte-americanos, a supervisão era entendida como um conjunto de métodos que privilegiam a dimensão técnica do processo de ensino na formação, fundamentada nos pressupostos psicossociais cientificamente validados na experiência, na prática eficiente, ignorando o contexto social, político e econômico (p. 72).

Sendo assim, os textos de supervisão no Brasil, no princípio da formação da profissão de Serviço Social, eram de caráter tecnicista e pedagógico (LEWGOY, 2010).

Outro dado importante sobre o princípio da supervisão no Serviço Social, é que alguns nomes brasileiros se destacam na produção dos primeiros conteúdos sobre estágio no país, tais como as professoras Nadir Kfourri, especializada em Serviço Social de Casos, e Helena Iracy Junqueira, em Desenvolvimento de Comunidade. Segundo Lewgoy (2010), “ambas eram diplomadas pela PUCSP, a primeira com dez publicações sobre o assunto, no período de 1949 a 1969, e a segunda, também com dez produções, realizadas no período de 1947 a 1962” (p. 73-74).

O curso de Serviço Social conquistou suas Diretrizes Curriculares a partir de longas análises e debates realizados por instituições de ensino. Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foram realizadas durante esse processo “aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 (sessenta e sete) Unidades Acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais” (ARAÚJO, 2014, p. 64).

Em 1999 a proposta das Diretrizes Curriculares é encaminhada ao Ministério da Educação através da Comissão de Especialistas da Área de Serviço Social. O documento é, então, aprovado em 2002, porém com mudanças que alteraria o perfil profissional do assistente social. Segundo Araújo (2014),

esta descaracterização do perfil incluía a exclusão dos compromissos profissionais com princípios do Código de Ética do Assistente Social e, assim, desconsiderava os princípios éticos e políticos fundamentais para a intervenção profissional (ARAÚJO, 2014, p.64-65).

É importante compreender o significado que essa alteração irá ter sobre o Serviço Social, especialmente no âmbito do estágio. Araújo (2014, p. 66) afirma que “este documento é o marco inicial do descaso pelo qual passa a formação, o que se destaca pelas consequências advindas da multiplicação dos cursos de Serviço Social”. Nesse contexto cabe ressaltar o aumento abusivo dos cursos na modalidade de Ensino à Distância (EaD), configurando na oferta de ensino rápido e condensado. O aumento desse tipo de ensino é associado, entre outras razões, às Contra-Reformas do Estado, o incentivo à educação privada e à mercantilização da educação brasileira. A esse respeito, ratifica Araújo (2014):

Este processo de crescimento intenso, privatização e mercantilização abrange a educação como um todo. Trata-se de um componente da política de educação superior em nosso país,

submetidas às orientações, dentre outros organismos, do Banco Mundial, materializada quer nas várias instituições de ensino, quer nos cursos e nas fontes de financiamento (ARAÚJO, 2014, p. 66).

É evidente que a alteração nas Diretrizes Curriculares contribuiu para grandes mudanças na formação do atual assistente social. Araújo (2014) afirma que hoje no Brasil, mais de 90% das pessoas que se habilitam nos Conselhos Regionais de Serviço Social são oriundos da Educação a Distância.

No âmbito do estágio, mudanças também são observadas e que afetam o desenvolvimento do estudante, bem como expõe a fragilidade das instituições de ensino no que diz respeito aos supervisores de campo e supervisores acadêmicos, bem como os estagiários. Araújo (2014) observa alguns dos problemas mais comuns acontecendo no processo de estágio atualmente. A autora cita exemplo de situações comuns no CRESS/CE, tais como:

Dificuldade quanto à entrega do plano de estágio pela supervisão acadêmica de campo; aumento do número de cursos de Serviço Social e o consequente crescimento do número de estagiários por supervisor acadêmico; cumprimento de horas referentes a dois níveis de estágio num único semestre; desempenho por parte de um mesmo profissional dos papéis de supervisor de campo e acadêmico junto ao mesmo estagiário; desrespeito à autonomia dos profissionais, arbitrariedade no trato com atos públicos e tráfico de influência, pois vários profissionais são ameaçados de perder o emprego caso não aceitem supervisionar, sendo frequentemente constrangidos (os “responsáveis” pelas IES entram em contato com prefeitos, secretários e empresários para abertura de campos, desrespeitando a legislação pertinente); utilização do estágio como moeda de troca, “jogo” de interesses e permuta de favores; aumento da procura por campo de estágio; profissionais desligados do CRESS assinando como supervisores de campo; exercício ilegal da profissão, inclusive na supervisão de estágio; uso do estagiário como mão de obra barata; desenvolvimento pelo estagiário de atividades não pertinentes ao campo de estágio; assinatura de declaração de estágio sem ter executado a supervisão (ARAÚJO, 2014, p.73).

Um dos exemplos que a autora cita, em relação à atividade desenvolvida pelo estagiário no campo de estágio, é de grande risco ao processo de aprendizagem do estudante. Especialmente quando o estágio é remunerado, as instituições e campos de estágio tendem à explorar o estagiário para realizar funções como se o mesmo já fosse um profissional formado. Essa estratégia é feita para evitar a contratação de novos profissionais assistentes sociais, bem como o

aproveitamento do bom desempenho do estudante que teme perder o seu estágio, o que muitas vezes representa a única fonte de renda do estudante e da família.

Sendo assim, a situação do estágio é complexa e delicada. E, assim como reitera Araújo (2014), a exclusão do compromisso com o Código de Ética de 1993 pelas mudanças que o Ministério da Educação realizou nas Diretrizes Curriculares, o que se observa é uma grande tendência para o surgimento de um novo perfil profissional.

O estágio, ainda, tem grande importância para a formação do/a assistente social, pois o possibilita vivenciar a realidade do exercício profissional e realizar a articulação da relação teoria x prática. Lewgoy (2010) afirma que:

O processo formativo não se desenvolve por meio de pura interpretação da realidade, nem se atém somente aos fatos empíricos. Esse processo, ao interpretar a realidade, constitui-se em fundamento para sua transformação em práxis; é entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e consequente da atividade prática (p. 46).

Então, o estágio enquanto componente da formação profissional possibilita a interpretação da realidade e a análise da mesma por meio da relação teoria e prática. Iamamoto afirma que:

A necessidade de se atribuir maior rigor e consistência à apropriação das matrizes teórico-metodológicas incidentes no campo da formação, especialmente por parte do quadro docente, transitando da mera reprodução dos conceitos à apreensão da lógica de construção das explicações da vida social; condição para que possam iluminar as análises das situações cotidianas enfrentadas pelos assistentes sociais em sua prática profissional (IAMAMOTO, 2009, p.193).

Abordando a supervisão em relação ao Serviço Social, inicialmente a supervisão se dava para instruir as pessoas que estavam envolvidas em obras de caridade, ou que trabalhavam em instituições de caridade, ensinando como essas pessoas deveriam agir dentro das instituições (ANDER-EGG, 1974).

No próximo capítulo, vamos aprofundar as principais questões sobre estágio em Serviço Social.

CAPÍTULO II – ASPECTOS CENTRAIS SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo item, apresentamos temas sobre estágio a sua atual realidade, dificuldades e demandas do estágio em Serviço Social no Brasil. Traçamos também um debate sobre os Fóruns de supervisão de estágio, mecanismos que se transformam em organização e articulação dos atores do processo de estágio. Ao final apresentamos os resultados iniciais da pesquisa acerca da produção teórica sobre estágio em revistas de circulação nacional.

2.1 A atual realidade do estágio em Serviço Social no Brasil

No dia 25 de setembro de 2008, foi criada a Lei Federal nº11.788 que tem por objetivo regulamentar o Estágio em instituições de níveis superior, profissional, médio, especial e dos anos finais do ensino fundamental, assim como na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Art. 1º).

No ano de 2009 foi criada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a Política Nacional de Estágio (PNE), que possuía intuito de esclarecer e normatizar o estágio em Serviço Social, bem como discorrer sobre as atribuições do supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário. Para que o documento ficasse pronto,

O trabalho envolveu: a) debates ocorridos no país em oitenta eventos, abrangendo 175 UFAS e 4.445 participantes; b) encaminhamentos resultantes das seis Oficinas Regionais de Graduação; c) propostas enviadas da Oficina Nacional de Graduação realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2009 (ABEPSS, 2009); e d) pesquisa avaliativa sobre a implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, apontando a necessidade de elaboração de uma Política Nacional de Estágio. (SANTOS, LEWGOY, ABREU, 2016, p. 143).

Esse foi um esforço necessário para estabelecer como seria o estágio em Serviço Social e como o mesmo estaria organizado. Além de surgirem de um anseio da profissão do Serviço Social diante de um contexto político-social de expansão da mercantilização do ensino superior e do aumento exacerbado dos cursos de Serviço Social em instituições de Ensino a Distância (EaD), entre outros.

Conforme aponta a Cartilha estágio supervisionado: meia formação não garante um direito, “o estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social” (CFESS, 2013, p. 11). O estágio supervisionado em Serviço Social é fiscalizado pelo conjunto CFESS-CRESS, cabendo aos mesmos garantir ao estudante que a supervisão direta seja realizada durante seu período de estágio. Segundo Cartilha estágio supervisionado: meia formação não garante um direito, no estágio em Serviço Social:

Exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (CFESS, 2013, p. 11).

Nesse sentido, o estudante tem contato com os instrumentais específicos do seu campo de atuação. Por exemplo, o estagiário que atua na área da assistência social desenvolverá sua atividade de acordo com o instrumental utilizado pelo supervisor de campo da instituição em que está inserido. Desse modo, o estudante estará atuando da maneira que se espera a atuação de um profissional assistente social. A respeito desse assunto, Santos (2013) aborda as três dimensões necessárias ao exercício do assistente social. A autora afirma:

A relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (SANTOS, 2013, p. 26).

Portanto, esse é o perfil esperado que o estagiário desenvolva. Perfil profissional do assistente social, pois o estudante está sendo preparado para se tornar um profissional em breve, e se faz necessário que o mesmo desenvolva um perfil ético-político comprometido com as dimensões técnicas, teóricas e metodológicas do curso de Serviço Social.

Em relação ao tipo do estágio, este pode ser obrigatório ou não obrigatório. Segundo o Art. 2º da Lei Federal nº11.788/2008, o “estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação

e obtenção de diploma”; e “o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

O estágio não-obrigatório é complementar à formação do estudante, embora possa também valer como horas para a disciplina de estágio obrigatório. Segundo Vasconcelos (2009), o estágio não-obrigatório é definido como:

Atividade curricular optativa, integrante dos componentes complementares da formação profissional, a qual se realiza por meio da inserção do(a) estudante no cotidiano do trabalho na área do Serviço Social, mediante acompanhamento de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio.

Entretanto, por ter relação complementar ao curso, os supervisores acadêmicos possuem algumas dificuldades em acompanhar o estudante no campo de estágio. Uma dificuldade, por exemplo, é unir o calendário acadêmico ao calendário de atividades que é realizado na instituição em que o aluno está inserido.

Já o estágio obrigatório possui carga horária mínima exigida para conclusão do curso de Serviço Social. A realização do estágio em Serviço Social só é possível por intermédio de um profissional assistente social que atue no campo de estágio, o que será nominado por supervisor de campo. Também é necessário o acompanhamento de um professor do curso de Serviço Social, o supervisor acadêmico. Segundo a Política Nacional de Estágio (PNE), ao supervisor acadêmico cabe:

- 1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- 2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;
- 4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas,

como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;

5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;

6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.

7 Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;

8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;

9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;

10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;

11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional (p. 20-21).

Uma das atribuições do supervisor acadêmico descrita acima é orientar tanto o supervisor de campo, quanto o estagiário sobre a política de estágio da Unidade de Formação Acadêmica (UFA). Esse processo é de fundamental importância pois, além de esclarecer sobre a política de estágio, o supervisor acadêmico também terá a oportunidade de gerar o debate em torno da atual conjuntura e dificuldades que sofre o estágio supervisionado em Serviço Social. Também, esse momento se mostra como uma oportunidade de diálogo entre ambos supervisores, podendo o supervisor acadêmico atualizar, instruir e aconselhar o profissional supervisor de campo.

Outra atribuição requerida ao supervisor acadêmico são as visitas aos campos de estágio. Essas visitas devem ser previamente agendadas com o supervisor de campo e com o estagiário, com ambos concordando em uma data e horário viável. As visitas fazem parte da supervisão direta ao estagiário e propõe um momento de diálogo e interpretação da realidade que o estagiário vive em seu campo de estágio, além de ser um momento de dialogar a prática do estágio com a teoria apreendida em sala de aula.

Porém, as visitas aos campos de estágios estão se configurando em uma grande dificuldade para os supervisores acadêmicos, pois os mesmos muitas vezes se encontram com muitos estudantes para supervisionar; falta de tempo em meio à outras demandas que lhe são atribuídas; além de os supervisores acadêmicos, enquanto docentes, também possuem outras atividades acadêmicas pré-estabelecidas. Essa é uma dificuldade também encontrada na atribuição do supervisor de campo, enquanto responsável por ter um momento específico para orientar e supervisionar o seu estagiário. Em relação a isso, Buriolla (2011) afirma:

O acúmulo de tarefas, das funções atribuídas ao supervisor, enquanto profissional da instituição, faz com que a Supervisão fique relegada a segundo plano ou até inexista - prejuízo que reflete na qualidade da Supervisão e no preparo físico e psíquico do supervisor (BURIOLLA, 2011, p. 165).

Segundo a Política Nacional de Estágio (PNE), o estágio supervisionado deve ser uma disciplina obrigatória do curso de Serviço Social, e cada supervisor acadêmico pode supervisionar no máximo 15 estudantes por turma. Porém, alguns professores ficam com turmas superlotadas, ultrapassando mais de 15 discentes, o que acarreta na dificuldade de manter a supervisão direta de estágio. A dificuldade em se obter transporte para a realização das visitas também é um problema enfrentado pelos supervisores acadêmicos, o que provoca impactos na vida do estagiário, pois o mesmo acaba ficando sem ter acesso às visitas de seu supervisor acadêmico.

O supervisor acadêmico também é responsável por ler, analisar e manter em sigilo as anotações feitas pelos estagiários durante seu período de estágio. Essa é uma das atribuições do supervisor acadêmico que reflete em uma atividade que o estagiário deve se empenhar em fazer tamanha a importância e relevância do ato em se ter um diário de campo. Moljo e Mendes (2016) ressaltam

a importância pedagógica da confecção de relatórios de campos de estágios, com diversos graus de complexidade, dependendo dos objetivos do estágio curricular de cada período letivo, visando à sistematização dos conhecimentos adquiridos e construídos (p. 273).

Portanto, a produção de um diário/relatório de campo é de grande importância para o estagiário, pois trata de um instrumental utilizado pelo estudante para

compreensão e análise de seu campo de estágio, bem como seus usuários e colegas de profissão.

Também estão dispostas na Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS as atribuições do supervisor de campo:

- 1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
- 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
- 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;
- 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;
- 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;
- 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;
- 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;
- 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;

- 11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;
- 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;
- 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;
- 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio (p. 21-23).

Uma das atribuições do supervisor de campo é disponibilizar ao estagiário documentação da instituição, e específica do campo de estágio em que o mesmo está inserido. É importante, inclusive, que o supervisor de campo disponibilize documentos utilizados pelos profissionais assistentes sociais que já estiveram atuando na instituição no passado, como por exemplo cadernos com relatos diários do exercício profissional ou documentos já preenchidos anteriormente em determinada situação de grande importância para o profissional. Também possui grande importância os materiais impressos como folhetins, cartilhas ou folders produzidos pelo próprio campo de estágio e que devem ser repassados aos estagiários.

Ao supervisor de campo também está disposta a atenção em observar quando é necessário o encerramento de um campo de estágio, ou quando é propício a abertura de um novo campo de estágio. O que acontece, em alguns casos, é que o supervisor de campo pode passar por frustrações e dificuldades enquanto está recebendo um estagiário, como por exemplo não concordar com a conduta que o mesmo adota durante seu período de estágio. Essa atitude pode desapontar o profissional assistente social ao ponto do mesmo decidir não receber mais estagiários e, assim, aquele campo de estágio acaba se fechando.

Os encontros também são de responsabilidade dos supervisores de campo. Esses momentos, que podem deve acontecer com seu(s) estagiário(s) semanalmente ou quinzenalmente, são importantes pois tratam do diálogo a respeito da realidade que o estagiário está vivenciado em seu campo de estágio. Então, nesse momento as dúvidas e questionamentos são postas, além do diálogo e vínculo entre supervisor de campo e estagiário serem estreitos. As estratégias para lidar com determinado usuário ou determinada situação, também são dialogadas nesse momento.

Por fim, também estão dispostas as atribuições do estagiário:

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;
- 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;
- 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
- 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
- 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada (p. 23-24).

O estagiário também possui responsabilidades e competências tais quais o supervisor acadêmico e o supervisor de campo. Em se tratando de um estudante que em pouco tempo será um profissional assistente social, seu processo de estágio deve ser em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como sua postura adotada na instituição em que está estagiando deve ser pautado nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Complementando esse pensamento, Moura (2014) afirma que:

O desenvolvimento da capacidade de agir eticamente pelo sujeito é imprescindível frente à dinâmica social, como forma de contribuir para preservação e/ou garantia da dignidade humana, do respeito à figura do indivíduo, que deve ser livre e ter acesso ao exercício da cidadania plena. No âmbito profissional não é diferente, pois é

fundamental que os profissionais tenham consciência sobre seus posicionamentos, escolhas e atitudes diante das diversas situações presentes no cotidiano, uma vez que incidem sobre uma realidade concreta, constituída e determinada pelas relações sociais (p. 98).

Portanto, espera-se que o comportamento do sujeito estagiário seja um comportamento ético, respeitando os seus colegas profissionais de estágio, bem como os usuários ao qual o mesmo está lidando. Brites e Barroco (2000) complementam que

[...] os campos de estágio constituem um espaço fértil para a reflexão ética, pois se trata de uma rica experiência em que o aluno encontra, ao mesmo tempo, possibilidades de objetivação dos valores éticos que orientam sua formação e de confronto com projetos ético-políticos diferentes ou até antagônicos (p. 27).

Sendo assim, a partir dessa leitura, entende-se que os campos de estágio funcionam para os estagiários como prévia de seu campo profissional e por isso espera-se que os estudantes (futuros assistentes sociais) adotem a postura profissional que é demandada ao assistente social. Ademais, o estudante também estará em contato com a realidade profissional de maneira direta e objetiva, experimentando o contato com os seus usuários.

Também é imprescindível que o estagiário compareça aos momentos de supervisão tanto pelo seu supervisor de campo, quanto pelo seu supervisor acadêmico. As supervisões acadêmicas podem acontecer em grupo, com os outros estudantes estagiários, o que representa um momento propício para troca de experiências, dificuldades e arranjos que se passam em cada área de atuação do estagiário. Nesse momento, inclusive, é possível que um colega esclareça suas dúvidas ao outro, bem como procure por dicas de instrumentais ou técnicas utilizadas por um estagiário em seu determinado campo de estágio.

Se, por algum motivo pessoal, o estagiário precisar se ausentar por dias ou semanas, ele deve comunicar o período de tempo que estará afastado, quando retornará, bem como o motivo pelo qual está se afastando do seu campo de estágio. Essas informações devem ser passadas ao supervisor de campo e ao supervisor acadêmico. Compreende-se uma ação de extrema importância, pois o estagiário está vinculado legalmente à instituição em que está estagiando e por isso deve se

preocupar em justificar sua ausência para que fique resguardado, e também demonstre respeito e responsabilidade para com os seus supervisores.

Outro item que o estagiário deve se atentar é que a disciplina de Estágio Curricular deve funcionar como elemento que constitui sua formação profissional, e por isso a disciplina deve se preocupar em atingir os sujeitos e usuários que participam do seu processo de estágio. Por isso, como já citado acima, espera-se que a postura do estagiário seja tal qual a postura de um profissional em seu campo de atuação. Moura (2014) afirma que:

É no estágio que o discente tem a oportunidade de amadurecer a capacidade de refletir sobre a realidade concreta, analisar como se apresenta a relação com o outro, com o usuário, a escolha de valores, a influência da conjuntura social e de como não se prender à realidade aparente, mas desvendar as mediações presentes nas demandas profissionais (p. 100).

Acompanhando esse raciocínio, o projeto de intervenção do estagiário também deve ser direcionado ao seu usuário, e atingi-lo direta ou indiretamente.

É importante dispor dos direitos e deveres de cada um dos atores que compõe o estágio, pois assim os mesmos ficam garantidos e assegurados no exercício de uma etapa acadêmica de extrema importância como o período de estágio. Moura adiciona ainda a esse processo a importância do aprendizado ético-profissional que o estagiário obterá a partir do seu contato com os supervisores e a realidade posta.

Por conseguinte, a supervisão é essencial para que a reflexão ética seja materializada no desenvolvimento do estágio, atentando-se a sua vinculação com o exercício profissional, como também a própria relação entre os sujeitos envolvidos na realização do estágio supervisionado, ou seja, em cada um cumprir com o seu papel e responsabilidades (MOURA, 2014, p. 101).

Concluindo as atribuições de cada sujeito participante do processo de estágio, tem-se ainda as atribuições às instituições de ensino. Segundo a Lei do Estágio, as instituições em que o campo de estágio está sendo ofertado tem a obrigação de ofertar profissional da mesma área de formação do estagiário; além de garantir férias de 30 dias se o período de estágio se estender por mais de um ano. Em alguns tipos de estágio também é garantido ao estagiário a concessão de seguro e

auxílios alimentação, transporte e saúde. Está disposto no Art. 7º da Lei Federal nº 11.788/2008, as seguintes atribuições às instituições de ensino:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Às instituições de ensino é atribuída a responsabilidade em avaliar as instituições que são campo de estágio. Embora seja um desafio muito grande encontrar campo de estágios para os estudantes, é preciso que as instituições de ensino estejam atentos à estrutura física do local, de como são dadas as relações institucionais num determinado campo de estágio, como são dadas as relações entre os profissionais, e se aquele campo realmente contribuirá para a formação e o crescimento intelectual do aluno.

Também é importante que as instituições de ensino mantenham contato com as instituições de campo de estágio, pois ambas estão sendo responsáveis pelo desenvolvimento do estagiário. Por isso, é necessário comunicar aos campos de estágios as datas das avaliações acadêmicas, pois assim os mesmos terão noção para elaborar sua programação e calendário com o estagiário no seu campo de estágio.

Diante do exposto, fica claro que ambos os sujeitos envolvidos de forma direta no processo de estágio, tais quais o supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário possuem responsabilidades e deveres a serem cumpridos. Essas atribuições estão todas dispostas na Política Nacional de Estágio (PNE), e

espera-se que as mesmas sejam cumpridas para que, então, o processo de estágio supervisionado seja efetivado e desenvolvido de maneira objetiva e positiva.

2.2 Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social

Os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social são considerados espaços de diálogo e debate acerca da situação do estágio no curso de Serviço Social. Constitui um processo político que fortalece o vínculo entre a formação profissional e o processo de aprendizagem do estudante.

Os Fóruns foram criados pela Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010, em articulação com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A criação dos Fóruns se deu pois se fazia necessário o combate à precarização que o ensino em Serviço Social estava enfrentando, frente à mercantilização do ensino superior brasileiro e frente ao avanço da modalidade de Ensino a Distância (EAD) do curso de Serviço Social. Sobre isso, afirmam os autores Guiraldelli e Almeida (2016):

A constituição dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social assumiu significativa importância e protagonismo nos últimos anos, diante de uma conjuntura social marcada pelo célere crescimento do ensino superior no Brasil e caracterizada pela aceleração do processo formativo. Foi especialmente a partir dos anos 2000 que ocorreu uma crescente oferta de cursos de Serviço Social em todas as esferas do ensino superior, tanto pública, quanto privada, e em todas as modalidades, presencial e a distância [...]. Dentre as tendências identificadas na expansão do ensino superior no país, destacamos o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do decreto n. 6.096, de 24/04/2007, o decreto n. 5622, de 19 de dezembro de 2005, que institui a educação a distância (EaD) em âmbito nacional e o decreto n. 5.800 de oito de junho de 2006 que dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB). (p. 398).

Essa expansão do ensino superior ocorreu de uma forma desordenada e sem a devida preparação dos profissionais, especialmente os docentes, que estariam envolvidos nesse processo. Havia uma preocupação muito grande em torno do aumento dos cursos superiores e das instituições de ensino superior, sem ter a devida preocupação com o ensino que estava sendo ofertado. Ferreira e Castro (2016) também discorrem sobre como estava a realidade da educação superior

brasileira quando se deu a implantação dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social:

A concretização do estágio encontra-se na corrente de precarização da formação profissional, uma vez que as novas propostas para o ensino superior incidem na organização de turmas com grande número de alunos, distanciamento entre as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) e as instituições que são campos de estágio, desenvolvimento de estágios sem o devido acompanhamento do supervisor de campo e acadêmico, entre outras graves situações que comprometem a formação de qualidade (ABEPSS, 2010) in (FERREIRA; CASTRO, 2016, p. 174).

Diante do exposto, os profissionais assistentes sociais, discentes e docentes do curso de Serviço Social, bem como toda a categoria, sentiam a necessidade de debater e dialogar sobre como estava o estágio em Serviço Social na atual conjuntura política. Também havia preocupação em saber quais as estratégias utilizar e como os profissionais do Serviço Social poderiam intervir para garantir uma educação de qualidade, centrado na defesa e garantia de um projeto de formação profissional “comprometido com a qualidade e a direção social crítica e, essencialmente, para o fortalecimento do estágio e dos sujeitos que o compõem: supervisores de campo, acadêmicos e estagiários” (FERREIRA; CASTRO, 2016, p. 174).

Os fóruns de supervisão também são espaços de luta dos assistentes sociais. Servem como momento democrático, em que o espaço será aberto para o diálogo acerca de um tema de interesse comum a todos: o estágio. Guiraldelli e Almeida (2016) afirmam:

Os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social podem ser considerados espaços estratégicos de organização, articulação e participação da categoria profissional de assistentes sociais e estudantes, com o objetivo de discussão de questões candentes relacionadas à dinâmica social contemporânea e que se refletem na profissão, tanto no que se refere ao âmbito formativo, quanto ao exercício profissional (p. 396).

Sendo assim, os Fóruns representam um espaço para se firmar a garra e coragem que os profissionais possuem frente aos desafios postos à profissão. É também um fecundo espaço para socialização e estreitamento de laços entre os profissionais de distintas regiões e estados, que podem assim relatar e dividir as queixas e dificuldades enfrentadas em sua realidade e com seus usuários. E ainda,

nos Fóruns é possível estreitar laços e aproximar as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) e as instituições que são responsáveis em ofertar campos de estágios, o que abre caminho à solução para uma das grandes dificuldades no estágio supervisionado: encontrar campo de estágio para os estagiários.

Segundo a PNE (2010) os Fóruns devem ter como finalidades:

- Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais;
- Propiciar espaço político-pedagógico de formação dos supervisores;
- Proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e o exercício profissional;
- Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação da profissão nº 8662/93, o código de ética profissional, a legislação nacional referente a estágio, a resolução CFESS 533/2008, o parecer jurídico 012/98 do CFESS e a Política Nacional de Estágio;
- Contribuir para o aprimoramento do processo de formação profissional;
- Tratar e encaminhar questões que envolvam a dimensão ética do estágio, prevendo respostas coletivas às situações corriqueiras.

Os Fóruns se consolidam em um momento estratégico de formação do assistente social, pois nesses espaços são construídos debates e trocas de experiências, vivências e discussões entre os estagiários e supervisores de campo e acadêmico. Os Fóruns também são propícios para a formação pedagógica e política dos supervisores, pois os mesmos podem se atualizar a respeito das questões atuais sobre o estágio e sobre as novas demandas à profissão. Um dos objetivos para que os profissionais assistentes sociais tenham essa formação pedagógica é para que os mesmos possam ter “habilidades para interpretar a realidade através da leitura crítica e desenvolver os elementos fundamentais que vislumbrem possibilidades concretas de intervenção emancipatórias” (FERREIRA; CASTRO, 2016, p. 177).

Sendo assim, os Fóruns se constituem em grandes e importantes espaços para a formação do profissional assistente social, e do estudante-estagiário que logo mais se tornará um profissional. A respeito desse profissional a ser formado, Santos (2006) aponta:

Quanto ao perfil do profissional que se pretende formar, afirma ser o de um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais,

a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa. A formação profissional se configura, então, como um processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo (p. 63).

Assim sendo, o profissional será formado segundo os princípios do projeto ético-político, além de ter a oportunidade de amadurecer seus conceitos e saberes profissional. Portanto, um dos objetivos principais dos Fóruns é o debate acerca da própria formação profissional do assistente social, bem como a discussão sobre a dinâmica do fazer profissional frente às expressões da questão social e das relações sociais capitalistas (Guiraldelli e Almeida, 2016).

Contudo, é preciso expor também alguns dos desafios e pontos a serem analisados para que os fóruns se concretizem em sua realização. Organizar um evento de grande porte como um fórum não é tarefa fácil, e as vezes empecilhos e desafios são postos para que o mesmo possa ser avaliado de maneira positiva e satisfatória.

Segundo a PNE (2010, p. 37), para que os fóruns de concretizem e possam se operacionalizar, “sugere-se que sejam construídas agendas de trabalho que priorizem a reflexão sobre as condições éticas e técnicas do trabalho profissional e da formação profissional”.

Além disso, a PNE (2010) também afirma ser necessário “um colegiado eleito anualmente com representações das UFAs e CRESS para o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do fórum” (p. 37).

É essencial também estabelecer os locais para a realização de cada fórum, o que as vezes pode ser uma grande dificuldade enfrentada pela categoria, visto que é preciso pensar no aspecto geográfico e estratégico para o local do evento. Por isso, também foi estabelecido pela PNE (2010):

As atividades poderão ser itinerantes (organizadas pelas diferentes escolas), com encontros em formatos diferenciados e dinâmicos, conforme a realidade regional, contemplando reuniões, seminários, palestras, cursos, entre outras atividades pertinentes (PNE, p. 37).

Portanto, essas são algumas das disposições essenciais para a realização de um Fórum de Supervisão em Estágio em Serviço Social. Compreende-se que os Fóruns são grandes oportunidades que os profissionais assistentes sociais possam

debater e aprofundar questões de seu cotidiano profissional, bem como desafios enfrentados no processo de estágio acadêmico.

O Fórum é um espaço democrático, aberto e de luta dos assistentes sociais. Representa também um momento para aumento de laços e constituição de vínculos entre os próprios supervisores de campo, acadêmico e também os estagiários. Espera-se, portanto, que os Fóruns permaneçam sendo realizados e que os mesmos contribuam para a formação ético-política dos futuros assistentes sociais, bem como para o amadurecimento pedagógico e político dos assistentes sociais já formados.

2.3 Produção teórica sobre estágio supervisionado em Serviço Social

Este item aborda dados sobre a produção teórica a respeito do tema “estágio supervisionado em Serviço Social”, pois tem-se o interesse em descobrir o que já existe de literatura a respeito do tema. Sendo assim, foram analisados os artigos já escritos, e, brevemente, o que eles tratam a respeito do estágio supervisionado.

A amostra utilizada para se fazer a análise foi escolhida de acordo com o período que foi aprovada a Lei de Estágio e a Resolução nº 533/2008 do CFESS e inclui o ano em que foi aprovada a Política Nacional de Estágio (PNE). Sendo assim, a análise foi feita sobre o recorte temporal dos anos de 2008 a 2018. As informações foram colhidas de revistas específicas do curso de Serviço Social, a saber: revista Katalysis, revista Temporalis e revista Serviço Social e Sociedade.

Como resultado do levantamento realizado, foram encontradas dezenove publicações a respeito de estágio supervisionado. Dentre essas dezoito publicações, oito artigos e um editorial são da revista Katalysis e foram publicados no ano de 2012 e 2016.

Na revista Temporalis foram encontrados nove artigos que abordam o tema do estágio. No ano de 2009 foram encontrados 6 artigos na revista; um artigo foi publicado no ano de 2011; e outro artigo foi publicado no ano de 2013. O último artigo encontrado na revista Temporalis foi publicado no ano de 2016. Na revista Serviço Social e Sociedade foi encontrado apenas um artigo, publicado no ano de 2016.

No quadro abaixo, apresentamos uma síntese com elementos dos textos pesquisados.

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE ESTÁGIO

Nº	Referência	Resumo	Palavras-chave
01	BEHRING, Elaine Rossetti. ABEPSS 2009-2010: Estágio, pesquisa e consolidação institucional. In: Temporalis , Brasília (DF), ano 11, n.22, p.81-98, jul./dez. 2011.	Nesse artigo, a autora expõe sobre a história da ABEPSS e sobre a gestão dos anos de 2009 e 2010. A autora traça os desafios, conquistas e avanços alcançados durante os dois anos. Conclui afirmando que o trabalho da gestão foi tido como um sucesso, mas que outros desafios são passados para a próxima gestão. (Resumo de minha autoria)	ABEPSS; Estágio; Serviço Social
02	ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012	Este artigo apresenta reflexões sobre a unidade teoria-prática no âmbito do Serviço Social, apontando os principais dilemas que a perpassam, tendo como base o estágio supervisionado. Busca particularizar o estágio como o momento potencializador dos grandes questionamentos sobre o sentido atribuído à relação entre a teoria e a prática e as formas como se expressa essa relação no cotidiano profissional. Discorre sobre o papel fundamental que a supervisão de estágio assume como processo didático-pedagógico, capaz de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais compõem a formação e o exercício profissional (ASSIS, ROSADO; 2012; p. 203).	Unidade teoria-prática. Serviço Social. Supervisão de estágio. Estágio supervisionado. Formação profissional.

03	LEWGOY, A. M. B. O estágio supervisionado em serviço social: Desafios e estratégias para a articulação Entre formação e exercício profissional. In: Temporalis , Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.	Este artigo é produto da exposição do Módulo VI, “O Estágio Supervisionado em Serviço Social”, do Curso de Atualização “As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional de Serviço Social (ABEPSS Itinerante)”. Nele, contextualiza-se a conjuntura sócio-histórica e a política da formação em Serviço Social para problematizar as tensões presentes no estágio supervisionado, no que se refere aos desafios e às estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. Assim, objetiva-se refletir sobre os aspectos que balizam o estágio supervisionado em Serviço Social, referentes à indissociabilidade entre a formação e o exercício profissional. O produto deste módulo situa-se no campo dos estudos sobre o estágio supervisionado. Alinha-se com o horizonte social e ético-político do projeto profissional, no sentido de socialização e de apropriação coletiva de um saber que, alicerçado nas dimensões da competência profissional (ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa) faça sentido e diferença e tenha consequência no cotidiano da formação e do trabalho profissional (LEWGOY, 2013, p. 63).	Formação Profissional. Estágio Supervisionado. Serviço Social.
04	HILLESHEIM, J. Estágio profissional e precarização do trabalho. In: Temporalis , Brasília (DF), ano 16, n. 32,	O artigo aborda a questão do estágio profissional no contexto da precarização do trabalho. Tem como objeto o conteúdo de proposições legislativas em tramitação na Câmara Federal que visam alterar a	Estágio. Mercado de Trabalho. Precarização do Trabalho.

	jul/dez. 2016.	Lei n. 11.788/2008 – “lei do estágio”. A análise indica que tais proposições só aparentemente configuram ampliação de direitos dos estudantes, mas, na essência, constituem formas de precarização do trabalho e, ao mesmo tempo, reforçam as perspectivas mercadológicas em detrimento da dimensão pedagógica do estágio (HILLESHEIM, 2016, p. 159).	
05	GUIRALDELLI, R.; ALMEIDA, J. L. A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016	Este artigo apresenta reflexões acerca da construção e fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio como espaços político-formativos de interlocução, articulação, resistência e luta do Serviço Social brasileiro em defesa de uma formação crítica, pública, laica, presencial, democrática e de qualidade. Aborda o Fórum como um dos espaços estratégicos de organização e participação política da categoria, que contribui para o processo de formação continuada e de debates sobre estágio supervisionado. Com base em dados obtidos nos Fóruns realizados na regional centro-oeste, 2013-2014, são apresentados impasses e desafios para a consolidação dos fóruns, sinalizando a necessidade de estratégias coletivas, diante das adversidades postas na contemporaneidade que incidem na formação e exercício profissional (GUIRALDELLI, ALMEIDA; 2016; p. 395).	Serviço Social. Formação profissional. Estágio. Fórum.

06	<p>GUIMARÃES, G. T. D.; MARTINS, P. R. Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana. In: R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 370-379, out./dez. 2016.</p>	<p>O artigo reflete sobre as formas como a precarização das condições de trabalho têm se manifestado no cotidiano do processo de supervisão no Serviço Social, a partir dos resultados de uma pesquisa qualitativa realizada no Rio Grande do Sul com assistentes sociais supervisores. O ponto de partida é a reestruturação produtiva após a década de 1970; posteriormente, relaciona as condições de precarização com o duplo sentido que Agnes Heller atribui ao contato cotidiano, um derivado da divisão social do trabalho e o outro da dependência provisória entre os indivíduos, enquanto atividade política consciente. Finaliza demonstrando que a maioria dos indicadores de precarização que se manifestam nas condições de trabalho geralmente são (in)visibilizados sob o fenômeno falta de tempo (GUIMARÃES, MARTINS; 2016; p. 370).</p>	<p>Supervisão em Serviço Social. Agnes Heller. Trabalho.</p>
07	<p>SILVA, M. M.; RIBEIRO, E. B. Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social. In: R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 342-350, out./dez. 2016.</p>	<p>O presente artigo traz uma discussão sobre o estágio, enfocando-o como componente do processo de formação nos cursos de nível superior, conforme mostra a história da educação brasileira. Objetivo é apresentar algumas reflexões sobre o curso de Serviço Social e o estágio como aproximação e introdução dos estudantes ao exercício profissional, preparando-os para a vivência de aspectos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais da profissão. O estágio compõe uma diversidade metodológica que tem traçado os rumos da sua supervisão, de seus objetivos e de suas</p>	<p>Estágio. Educação superior. Serviço Social.</p>

		concepções. Alguns desses elementos caracterizam o estágio como atividade complementar, periférica, exógena aos propósitos do processo de formação o que, em alguns casos, fortalece a dicotomia teoria-prática e o conservadorismo na profissão (SILVA, RIBEIRO; 2016; p. 342).	
08	CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.	O artigo propõe reflexões acerca de textos e contextos que envolvem a supervisão de estágio em Serviço Social, considerando as significâncias e significados da supervisão de estágio, especialmente no que diz respeito às atribuições privativas do/a assistente social. Embasado no método crítico-dialético, aborda a supervisão de estágio enquanto dimensão da formação e exercício profissional, não desvinculada dos seus componentes ético-filosóficos, pedagógicos, políticos, e dos aspectos elementares para o estágio (CAPUTI, 2016, p. 389).	Serviço Social. Supervisão de Estágio. Formação e Exercício Profissional.
09	MEDEIROS, M. S. S. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.	Este artigo discute os aspectos teórico-metodológicos da relação entre teoria e prática na formação profissional e no processo de estágio em Serviço Social, destacando duas concepções antagônicas: a pragmática e a marxiana. É fruto de reflexões teóricas e das experiências acumuladas no processo de supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. Apresenta os desafios enfrentados no processo de supervisão de estágio na contemporaneidade (MEDEIROS, 2016, p. 351).	Fundamentos teórico-metodológicos. Teoria e Prática. Formação Profissional. Supervisão de Estágio em Serviço Social.
10	PEREIRA, M. E. R. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, out./dez. 2016.	Este artigo analisa o estágio supervisionado frente à conjuntura atual da formação em Serviço Social, com suporte em pesquisas bibliográfica e documental. Insere-se o estágio nas estratégias de efetivação da Educação Superior brasileira e na formação de assistentes sociais, o qual é compelido pelo solapamento da educação crítica, universitária, pública, gratuita e de qualidade (PEREIRA, 2016, p.	Estágio. Formação profissional. Serviço Social.

		361).	
11	NICOLAU, M. C. C.; SANTOS, T. R. M. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.	O objetivo do artigo é expor algumas reflexões sobre os desafios históricos e contemporâneos relativos ao processo de estágio, parte integrante da formação profissional na área de Serviço Social. Apresenta uma análise teórico-crítica que ressalta, no projeto de formação em de Serviço Social, reflexos da cultura profissional crítico-hegemônica, estabelecendo uma relação direta entre a postulação da nova tradição profissional e os limites postos a sua materialização. Conclui que o exercício profissional integra o processo de aprendizagem em um movimento contínuo de reconfiguração e reconstrução do saber, incorporando o novo entre formandos e formadores (NICOLAU, SANTOS; 2016; p. 380).	Estágio. Formação profissional. Serviço Social. Dimensão socioeducativa.
12	MIOTO, R. C.; NOGUEIRA, V. Formação profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes. In: R. Katál. , Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 309-311, out./dez. 2016	Esse editorial possui duas páginas e aborda de maneira objetiva e direta o processo que o estágio supervisionado passou desde a década de 1970 até a atualidade. Aborda também como o estágio teve que se adequar à proposta de formação profissional, e às instituições formadoras e instituições de campo de estágio. (Resumo de minha autoria)	Estágio. Formação profissional. Vida-social. (De minha autoria)
13	CARIAGA, M. H.; SILVA, M. J. A. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. In: R. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 125, p. 85-100, jan./abr. 2016.	Este texto tem por objetivo expor parte da experiência vivenciada na supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, bem como refletir acerca dessa temática instigante que envolve diretamente os professores, os discentes e os supervisores de campo. O debate traz também os desafios que essa área da formação enfrenta no cotidiano, para sua realização diante da realidade no âmbito da particularidade, sem perder de vista a universalidade que envolve a temática (CARIAGA, 2016, p. 85).	Estágio. Supervisão em Serviço Social. Formação profissional.

14	RAMOS, S. R. As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. In: R. Temporalis , Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.	Esse artigo reflete sobre o tratamento recebido pelo estágio nas Diretrizes Curriculares e a abordagem desta atividade na pesquisa avaliativa sobre esta proposta curricular. Discute, ainda, aspectos relacionados à construção da Política Nacional de Estágio, construída pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Neste percurso, analisa fundamentos, polêmicas e desafios do estágio supervisionado no âmbito da formação profissional do assistente social brasileiro (RAMOS, 2009, p. 21)	Estágio. Formação profissional. Serviço Social.
15	LEWGOY, A. M. B. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em Serviço Social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. In: R. Temporalis , Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.	O artigo trata dos desafios e das estratégias do estágio supervisionado na formação e no exercício profissional em Serviço Social tendo como eixos analíticos: as contrarreformas do Estado e os seus impactos na política de Ensino Superior; o cotidiano e o atual modelo de organização e gestão do trabalho; a questão da qualidade e da competência profissional; a concepção de estágio supervisionado em Serviço Social; e o aparato legal e institucional. O artigo procura contextualizar os aspectos que dificultam e consolidam o projeto ético-político que prima por uma formação com qualidade em oposição à educação mercantilista. Conclui apresentando a necessidade de garantir o projeto de formação construído coletivamente na última década, sob pena de que, com a sua ausência ou alteração, um novo perfil de profissional venha a ser formado (LEWGOY, 2009, p. 39).	Estágio supervisionado. Formação e exercício profissional. Serviço Social.

16	<p>VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. In: R. Temporalis, Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.</p>	<p>Neste artigo analisamos o estágio curricular em Serviço Social, nas modalidades obrigatória e não obrigatória, evidenciando-o como um espaço potencializador da articulação entre formação e exercício profissional e refletindo acerca das profícuas e perversas implicações do mercado de trabalho nesta experiência educacional. Enfatizamos que o estágio está circunscrito na totalidade da formação profissional, ao mesmo tempo em que é permeado pelas contradições e limites inerentes ao processo interventivo do Serviço Social, expressando, assim, as profundas dificuldades e desafios presentes no contexto mais amplo da realidade social, com seus desdobramentos na precarização do trabalho e da formação profissional dos(as) assistentes sociais. Nesse sentido, ressaltamos a importância do envolvimento dos diversos sujeitos constituintes dos processos de estágio na luta pelo fortalecimento da qualidade deste relevante espaço de formação profissional (VASCONCELOS, 2009, p. 61).</p>	<p>Estágio curricular. Formação profissional. Mercado de trabalho. Serviço Social.</p>
17	<p>RIBEIRO, E. B. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: R. Temporalis, Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.</p>	<p>O estágio curricular é uma categoria histórica no ensino superior do país. Dimensão obrigatória no processo de formação dos assistentes sociais desde os primeiros cursos, destaca-se pela articulação entre espaço sócio-ocupacional do assistente social e processo de formação profissional, aspecto considerado responsável pela introdução do estudante no processo técnico-operativo da profissão. A realidade atual do capitalismo tem determinado condições que tendem a submeter o estágio às necessidades e interesses do mercado profissional, campo de estágio dos cursos. Trata-se de uma discussão atual e desafiante no âmbito da categoria, pois envolve o processo de formação e o mercado de</p>	<p>Estágio. Processo de formação. Processo de trabalho. Assistentes sociais.</p>

		trabalho profissional (RIBEIRO, 2009, p. 83).	
18	OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. In: R. Temporalis , Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.	O artigo traz a reflexão do estágio supervisionado curricular, tanto nas modalidades obrigatório e não obrigatório, a partir da análise de quatro elementos significativos para sua efetivação: a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos – partícipes desta atividade acadêmica – e a construção de uma nova lógica curricular. Afirma a importância do estágio supervisionado na construção da identidade profissional do estudante de Serviço Social, inserido no debate contemporâneo da profissão (OLIVEIRA, 2009, p. 99).	Estágio supervisionado. Serviço Social. Formação profissional. Diretrizes curriculares.
19	GT PNE da ABEPSS. Política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. In: R. Temporalis , Brasília (DF), ano 9, n. 17, jan/jul. 2009.	Esse artigo traz quais as funções e objetivos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e a partir daí explica como a ABEPSS norteia o estágio supervisionado em Serviço Social. (Resumo de minha autoria)	ABEPSS. Estágio supervisionado. Serviço Social. (De minha autoria)

FONTE: Tabela elaborada pela autora conforme levantamento da pesquisa teórica.

Na análise feita acerca dos artigos acima citados foi clara a preocupação dos autores em abordar a relação entre estágio supervisionado e formação profissional. Também é possível notar que em muitos dos artigos, os autores apresentam a mesma estrutura de escrita, e o modo como suas ideias são organizadas no decorrer do texto também se assimilam.

Os artigos foram utilizados para a reflexão sobre o tema dessa pesquisa, e citações foram colhidas dos mesmos como forma de enriquecer a discussão acerca do tema de estágio supervisionado em Serviço Social.

É possível notar semelhança entre os artigos observando as palavras-chave, dentre as quais as mais comuns são “Serviço Social”, “estágio”, “formação profissional”, “supervisão de estágio” e “unidade teoria-prática”. Sendo assim, selecionei e fiz análise de alguns dos artigos mais relevantes para o tema dessa pesquisa.

O primeiro artigo da Elaine Behring (2011) aborda a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a gestão do período de janeiro de 2009 a janeiro de 2010. Behring fazia parte dessa gestão, e destacou alguns dos desafios, realizações e planos da gestão durante o período de atuação. A autora destaca que o grupo teve modéstia em realizar seu plano de ação, mas fez aquilo que estava ao alcance da gestão, visto que o período de atuação é limitado.

No início do artigo, Behring (2011) faz uma apresentação da ABEPSS, seu surgimento e importância para o Serviço Social brasileiro. Depois ela apresenta quais foram as ações realizadas pela sua gestão. A primeira de todas foi a tentativa de fazer com que a sede da ABEPSS fosse em Brasília-DF, pois a capital do país seria o local propício para a alocação e execução das tarefas da ABEPSS. Segundo a autora, com a sede da ABEPSS em Brasília, seria fixado “todos os procedimentos cartoriais, bancários, fiscais e institucionais” (p. 84).

Também foi exposto pela autora a dificuldade em resgatar o acervo da ABEPSS que estava na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e que a mesma não estava mais disposta em guardar esse acervo. Behring (2011) relatou que não foi possível para a sua gestão resgatar todo o acervo que se encontrava na PUC-SP, mas que a gestão seguinte estava assumindo essa tarefa de resgate histórico-documental. A gestão 2009-2010 também criou um blog como meio de comunicação, enquanto o site oficial da ABEPSS passava por reformas. Porém, quando o site voltou a funcionar, a gestão decidiu por tirar o blog do ar, pois

“sua missão estava cumprida: manter os filiados, a categoria e a sociedade em geral informados dos passos e posições da Abepss” (p. 85).

Prosseguindo, a autora aborda as Diretrizes Curriculares de 1996 e a criação do Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010. A autora lembra que nos anos de 1990 o debate acerca do estágio supervisionado não era tão intenso, e que era preciso que um olhar sistemático sobre o mesmo. Ela comenta e lamenta o aumento considerável da oferta de cursos de Serviço Social na modalidade de Ensino a Distância (EAD), e que justamente por esse e outros fatores era preciso maior atenção sobre o tema do estágio supervisionado.

Behring (2011) também escreveu sobre pós-graduação, pesquisa e estratégias coletivas de qualificação do Serviço Social no Brasil. Mencionou a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) como instrumento de luta do Serviço Social.

Por fim, a autora apresenta outras ações da gestão 2009-2010, como por exemplo a atenção que a gestão teve para com as publicações da revista *Temporalis* que, segundo Behring (2011) havia “sendo publicada com dois números de atraso, comprometendo seu processo de indexação, e também requisitava mudanças importantes no seu projeto gráfico e editorial para adequar-se melhor aos critérios correntes” (p. 93-94). Também a gestão se preocupou em fazer com que a ABEPSS reestabelecesse seu contato internacional “com destaque para a Asociación Latinoamericana de Escuelas e Investigación en Trabajo Social (Alaeits) como instância articuladora do ensino e da pesquisa em Serviço Social na América Latina” (p. 94).

Portanto, entende-se que este artigo contribui para a discussão acerca do estágio supervisionado em Serviço Social e como esse processo é importante para o estudante do curso de Serviço Social. Suas exposições acerca da gestão 2009-2010 da ABEPSS contribuiu para o conhecimento das ações que esse coletivo desenvolveu durante sua gestão.

O artigo “A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção” de Assis e Rosado (2012) aborda a formação profissional diante das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; e como a unidade teoria-prática perpassa o processo do estágio supervisionado.

Assis e Rosado (2012) já tiveram experiência em coordenação de estágio e supervisão acadêmica na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN),

e utilizaram essas experiências, observações e reflexões para escrever sobre o tema. Inicialmente, eles tentam estabelecer quais as impressões os estudantes possuem acerca do período que eles vivenciarão no estágio. Eles relatam, por exemplo, que uma das maiores dificuldades que os estudantes possuem é “perceber, em meio à vivência no espaço institucional, a relação teoria-prática, de onde surge a afirmação recorrente de que “na prática é tudo diferente do que estudamos na academia” (p.204).

Os autores também expõem a necessidade de se trabalhar as três dimensões presentes no Serviço Social, tais quais as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois a partir delas é possível entender como se opera a relação teoria-prática. Eles afirmam ainda, que não compreender a relação entre a teoria e a prática pode causar alguns equívocos que são muitos recorrentes no âmbito acadêmico. Um deles é o equívoco de pensar que a prática seja uma ação exclusiva do profissional assistente social, e a teoria seja exclusiva da academia.

Mais adiante, Assis e Rosado (2012) afirmam que o aluno estagiário coloca muita expectativa sobre a disciplina de estágio supervisionado, pois acredita que esse será o momento em que realmente entenderão como se dá a prática profissional, e como é estabelecida a relação entre a teoria e a prática. Os autores explicam, então, que isso se dá por conta da falta de interação entre as dimensões da formação e o exercício profissional.

A respeito do papel do supervisor acadêmico, Assis e Rosado (2012) afirmam que são os docentes os principais responsáveis por esclarecer o real sentido e significado entre a teoria e a prática profissional.

Cabe à supervisão, como instrumento pedagógico, que orienta e acompanha o estudante durante todo percurso no campo de estágio, capacitá-lo para exercitar e qualificar a prática interventiva, possibilitando a elaboração da síntese do processo de ensino-aprendizagem, a formação de uma postura investigativa e de um posicionamento crítico e propositivo frente à realidade social (p. 206).

Por fim, Assis e Rosado (2012) trazem quais foram as principais contribuições e as realizações na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) enquanto ambos estavam em atividades acadêmicas relacionadas a estágio. Eles afirmam que as turmas na UERN estão em consonância com o que é exigido pela Política Nacional de Estágio (PNE), ou seja, 15 alunos no máximo por turma, pois as

mesmas “são formadas com, no máximo, três estudantes, cabendo a cada docente, entre as turmas que assume, de quatro a nove estagiários” (p. 209).

Eles também possuem na UERN a Comissão de Estágio e o Fórum de Supervisoras de Estágio. Assis e Rosado (2012) explicam como funcionam essas duas instâncias:

No Fórum de Supervisores de Estágio, discutimos e elaboramos as propostas sobre: instrumentos de avaliação; indicações para nortear a elaboração do projeto de trabalho e do plano de estágio; e instrumento para acompanhamento e registro das horas de estágio. A organização dessas instâncias, e do estágio em sua totalidade, é feita pela Coordenação de Estágio como esfera de gestão dessa política. A coordenação assume a função de articular os diversos sujeitos envolvidos no estágio, de observar em conjunto com esses sujeitos as condições éticas e técnicas para a realização do estágio, de manter a articulação com o Conselho Regional de Serviço Social, com todas as instituições campo de estágio e com o setor de estágio da Universidade (p. 209).

Embora as conquistas na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) sejam significativas e representem avanços para a compreensão da relação teoria-prática e para a formação do estudantes-estagiários, os autores reconhecem que a UERN precisa ainda ter maior atenção em relação ao estágio não-obrigatório. Segundo Assis e Rosado (2012) uma das maiores dificuldades em relação à essa modalidade de estágio, é que o mesmo possui períodos de início e suspensão de suas atividades diferentes do estágio obrigatório. A UERN, entretanto, tem se esforçado e realizado encontros e reuniões para tratar sobre o tema.

Portanto, o artigo escrito por Assis e Rosado (2012) possui grande importância e relevância para o assunto do estágio supervisionado, pois traz a discussão a respeito da relação teoria-prática tão mencionado durante o período de estágio. Considera-se, então, uma produção de interesse à academia e aos estudantes do curso de Serviço Social.

O artigo de Silva e Ribeiro (2016) intitulado “Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social” aborda assuntos como a exploração dos estagiários como mão de obra barata; como o estágio está regulamentado por lei; cita a Lei do Estágio; além de apresentar alto teor político e histórico, utilizando autores como Netto e Yamamoto para referenciar o trabalho.

Tratou sobre o estágio no passado, afirmando que o que impulsionou o aumento do campo de estágio nesse período foi a criação da Secretaria de Serviços Sociais, além dos governos militares e populistas incentivarem as políticas sociais.

Também nas décadas de 1960 e 1970, a Igreja apresentou possibilidades para campo de estágio:

Dado ao contexto da ditadura militar, alguns campos de estágio foram absorvidos por programas comunitários da Igreja Católica, tal qual ocorreu em Goiânia, atendendo a solicitações de vigários e leigos engajados em movimentos sociais, sob a afirmativa de que o trabalho comunitário da instituição oferecia formação mais adequada aos estagiários, ao envolver os três processos de atuação à época, final dos anos 1960 e década de 1970: Caso, Grupo e Comunidade (SILVA e RIBEIRO, 2016, p. 346).

Os autores também citam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e afirmam que essa é responsável por orientar os projetos curriculares e o estágio supervisionado em Serviço Social. Silva e Ribeiro (2016) mencionam que cada curso terá sua forma de estágio diferente dos demais, e que isso não foi diferente com o curso de Serviço Social, por isso que, em 2010, a ABEPSS aprova a Política Nacional de Estágio (PNE) com pré-disposições específicas para o curso de Serviço Social.

O artigo acima citado, portanto, é importante para fazer uma leitura a respeito do estágio supervisionado em Serviço Social e do fazer profissional. O mesmo apresenta contribuições para a análise política do tema, além de expor detalhes acerca de momentos únicos na profissão.

Do mesmo modo, Caputi (2016) escreveu em seu artigo “Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados”, em que aborda a profissão e o estágio supervisionado em Serviço Social. A autora, entretanto, foca no papel do assistente social, do supervisor acadêmico e do supervisor de campo nesse processo.

Ela inicia seu artigo explicando acerca das Diretrizes Curriculares e todas as leis que regularizam o estágio supervisionado no Brasil. Traz importantes autores para explicar o que seria a atividade de estágio, tais quais Lewgoy e Yamamoto. Caputi (2016), assim como os demais autores dos artigos acima, afirma que é no momento do estágio que o estudante perceberá a relação entre a teoria e a prática, além do cotidiano profissional do assistente social.

Caputi (2016) também cita algumas das disposições em que o estágio supervisionado em Serviço Social se dá, como por exemplo ser competência e atribuição exclusiva do profissional assistente social, além de que o estágio precisa ser realizado no momento de trabalho do profissional. Justamente por isso, ela

também traz algumas dificuldades que o profissional encontra para exercer a atividade de supervisão do estágio:

O/a assistente social que assume a atribuição de supervisor/ de campo, além de supervisionar o/a estagiário/a tem, por exemplo, uma fila de pessoas para fazer atendimento, tendo de cumprir (muitas vezes, hoje no processo de precarização) metas no seu trabalho profissional e tem que dar conta de refletir com o/a estudante a intervenção e encaminhamentos que ele/a fez (CAPUTI, 2016, p. 392).

O que a autora traz acima em relação às tarefas do assistente social na instituição de trabalho é bem recorrente no processo de supervisão de estágio, inclusive tanto para o supervisor de campo, quanto para o supervisor acadêmico. O docente que assume a supervisão acadêmica também tem que saber dividir seu tempo de supervisão com as outras atividades que lhe são demandadas na sua instituição de ensino. Além do tempo curto para dividir sua atividade de supervisão com as atividades já estabelecidas na academia, o professor que aceita ser supervisor acadêmico também enfrenta outro grande desafio que é a falta de recursos e/ou transporte para realizar suas visitas de campo. Esse problema, muitas vezes, faz com que o supervisor acadêmico tenha que utilizar seu veículo pessoal para fazer a supervisão de campo, ou até mesmo não fazê-la.

Portanto, o artigo de Caputi (2016) possui relevância para o curso de Serviço Social por suas contribuições a respeito do tema de estágio supervisionado, e por trazer as competências e dificuldades dos supervisores de campo e acadêmico nesse processo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse seguinte trabalho, é possível concluir a relevância do objeto da pesquisa: o estágio supervisionado em Serviço Social. Compreende-se que o estágio supervisionado, além de ser uma obrigatoriedade para a conclusão do curso de Serviço Social, é também um importante espaço para objetivação de seu aprendizado e uma oportunidade que o estudante tem de estabelecer aproximação com o usuário, vivenciar o dia a dia do profissional e identificar as dificuldades encontradas para o exercício e efetivação das políticas públicas.

No capítulo I foi realizado um resgate histórico do surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como os períodos importantes para o desenvolvimento da profissão, pois acredita-se que esta é uma etapa necessária para a compreensão do objeto dessa pesquisa. Também foi abordado o lugar do estágio em Serviço Social, dando início a discussão acerca do objeto da pesquisa.

Entende-se que o estágio supervisionado faz parte da formação acadêmica do estudante de Serviço Social que irá se transformar em um profissional e utilizará os conhecimentos adquiridos direta e indiretamente no estágio para o fazer profissional. Sendo assim, o intuito do capítulo II foi esclarecer o papel dos três atores desse processo de estágio, bem como, a preocupação em dispor das responsabilidades, deveres e direitos de cada um, levando em conta a necessidade de se compreender o papel de cada um no desenvolvimento e realização do estágio supervisionado.

A análise dos artigos foi importante para se ter em mente como os autores e estudiosos do Serviço Social abordam o tema de estágio supervisionado em suas pesquisas e com que frequência esse tema está sendo discutido na profissão.

Portanto, essa pesquisa possui caráter relevante, pois se dispõe a debater o estágio supervisionado em Serviço Social. Possui caráter reflexivo e informativo, visto que propõe ao leitor uma oportunidade de conhecer as competências dos sujeitos que compõe o estágio e como esse processo está sendo transposto ao estudante que vivencia o estágio durante seu período acadêmico.

Também é importante ressaltar, que para a formação do assistente social, o estágio supervisionado se faz necessário como tarefa obrigatória e parte integrante

para a inserção e capacitação do aluno no mercado de trabalho, ou seja, é parte continuada deste processo.

Outro ponto destacado neste trabalho de grande relevância foi a questão da prática profissional realizada pelo supervisor de campo, profissional indispensável para a formação do aluno, pois é o responsável para desvendar questionamentos, dúvidas e incertezas dos estagiários. Portanto, tem a função de orientar o estudante para a utilização dos instrumentos técnicos-operativos do Serviço Social.

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio. (OLIVEIRA, 2004. p. 68).

Sendo assim, compreende-se que a formação profissional do assistente social depende não só de conteúdos herméticos baseados nos instrumentos técnicos transmitidos no espaço acadêmico, mas também da capacitação técnica e metodológica que só é possível através do estágio.

Esses instrumentos precisam estar em consonância com o projeto político pedagógico do curso, para se ter um resultado positivo da formação do indivíduo. Vale ressaltar que toda essa integração só é possível quando se analisa e considera a realidade do território em pauta, pois o Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão social do trabalho e que atua nas mazelas desta divisão desigual, devendo assim, responder através do seu exercício às demandas que surgem dessa desigualdade, garantindo aos sujeitos os seus direitos sociais. Sendo assim, isso requer do profissional novas técnicas e alternativas para o enfrentamento das diversas realidades e reconhecendo a necessidade de novas alternativas de agir.

Desta forma, nesse trabalho identificou-se que no processo de formação do assistente social, o estágio supervisionado é de suma importância, pois apresenta ao aluno uma oportunidade de convivência e aproximação do fazer profissional com a teoria e os ensinamentos acadêmicos, confrontando a prática com os conhecimentos adquiridos no período de estudo, o que causa em alguns casos um

choque de realidade que só é possível através da vivência do estágio supervisionado.

Por fim, conclui-se que o período de estágio além de ser momento indispensável para a conclusão do curso, também é um espaço de aproximação do estudante com a prática profissional. Visto que em alguns casos a realidade acadêmica está desvinculada do contexto atual da instituição receptora, exige-se, assim, dos supervisores um papel fundamental de oportunizar ao estagiário uma confiança e maturidade na atividade, exercendo o senso crítico e político para a percepção dos comportamentos alienados ao sistema e à serviço do capital, contradizendo com o projeto ético político da profissão que prima pela garantia de direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010.

ABREU, Marina Marciel. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.)*. – São Paulo: Cortez, 2016.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá / Antônio Geraldo de Aguiar**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **“Questão social” e Serviço Social no Brasil**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.)*. – São Paulo : Cortez, 2016.

ARAÚJO, Maria Auxiliadora de. **Supervisão de estágio em Serviço Social: reflexões do cotidiano na contemporaneidade/ Maria Auxiliadora de Araújo**. – Fortaleza: EdUECE, 2014.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Dicionário de trabajo social: Cuadernos de trabajo social**. 11. co-edición. Buenos Aires: ECRO-ILPH, 1974.

BEHRING, Elaine Rossetti. **ABEPSS 2009-2010: ESTÁGIO, PESQUISA E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL**. *Temporalis, Brasília (DF)*, ano 11, n.22, p.81-98, jul./dez. 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRITES, Cristina Maria; BARROCO, Maria Lúcia Silva. **A Centralidade da Ética na Formação Profissional**. In: *Temporalis - Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas*. v.01, nº 02 (jul./dez. 2000). Brasília: ABEPSS, Valci, 2000.

BURIOLOLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BURIOLOLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Cartilha estágio supervisionado: meia formação não garante um direito.** [s.l.:s.n.], 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941. **Estratégias em serviço social.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, A. M.; CASTRO, M. M. C. **Fóruns de supervisão: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio.** In: Santos, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Org.). *A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios* – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FERREIRA, Severina Irene Tomaz; BRITO, Dalliana Grisi Ferreira; MIRANDA, Débora Suelle Marcelino de. **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL: um estudo de suas tendências históricas.** 2011.

GUERRA, Y. D. **A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UM PATRIMÔNIO A SER PRESERVADO.** *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

GUIRALDELLI, R.; ALMEIDA, J. L. **A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social.** *R. Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** / Marilda Villela Iamamoto. – 16. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 23. ed. – São Paulo, Cortez; [Lima-Peru] : CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social** / Marilda Villela Iamamoto. – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional** / Alzira Maria Baptista Lewgoy. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Josefa Batista. **O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro.** In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço Social no Brasil : história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). – São Paulo: Cortez, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 33ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.

MOLJO, C. B.; MENDES, D. L. P. **Supervisão de estágio e pesquisa em Serviço Social: o desvendar da realidade como eixo crítico-formativo**. In: Santos, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Org.). A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MOURA, Maria Aparecida Garcia. **Estágio supervisionado em serviço social: uma discussão acerca da ética profissional** / Maria Aparecida Garcia Moura; orientadora Vera Núbia Santos. – São Cristóvão, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social** / José Paulo Netto – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O Estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**, p.59-78.

SANTOS, C. M. **“A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social”**. Revista Conexão Geraes, Belo Horizonte, CRESS-MG, n. 3, ano 2. 2º semestre de 2013, pp. 25-30.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. 2006. 251f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Jackeline Araujo. **O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças**. In: Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

VASCONCELOS, Ianna R. **Sugestões para a construção da Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Documento elaborado como subsídio para a PNE. Mossoró, 2009.